



# NEOENERGIA RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 12.227.426/0001-61 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

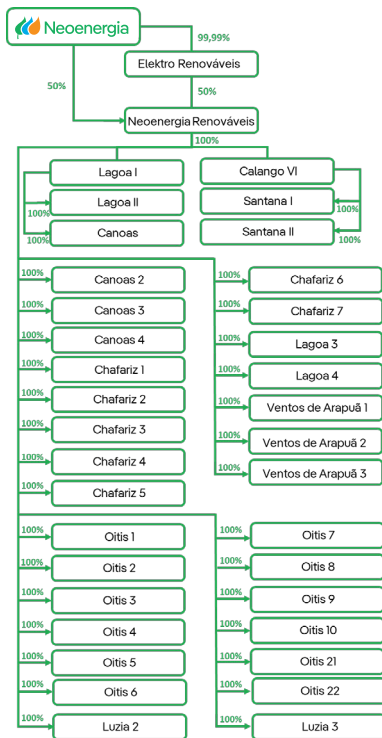
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,  
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Renováveis S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2024, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

### 1. NEOENERGIA RENOVÁVEIS

A Neoenergia Renováveis, da qual são acionistas a Neoenergia (50%) e a Elektro Renováveis (50%), atua no segmento de geração de energia eólica e fotovoltaica, e controla diretamente as companhias Calango 6 Energia Renovável S.A. e Lagoa 1 Energia Renovável S.A. A Companhia Calango 6, controla os parques Santana 1 e Santana 2; e a empresa Lagoa 1 controla os parques Lagoa 2 e Canoas. Controla também os complexos Chafariz, Oitis e Luzia composto pelas Companhias Chafariz 1 Energia Renovável S.A., Chafariz 2 Energia Renovável S.A., Chafariz 3 Energia Renovável S.A., Chafariz 4 Energia Renovável S.A., Chafariz 5 Energia Renovável S.A., Chafariz 6 Energia Renovável S.A., Chafariz 7 Energia Renovável S.A., Canoas 2 Energia Renovável S.A., Canoas 3 Energia Renovável S.A., Canoas 4 Energia Renovável S.A., Lagoa 3 Energia Renovável S.A., Lagoa 4 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuçá 1 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuçá 2 Energia Renovável S.A., Ventos de Arapuçá 3 Energia Renovável S.A., Oitis 1 Energia Renovável S.A., Oitis 2 Energia Renovável S.A., Oitis 3 Energia Renovável S.A., Oitis 4 Energia Renovável S.A., Oitis 5 Energia Renovável S.A., Oitis 6 Energia Renovável S.A., Oitis 7 Energia Renovável S.A., Oitis 8 Energia Renovável S.A., Oitis 9 Energia Renovável S.A., Oitis 10 Energia Renovável S.A., Oitis 21 Energia Renovável S.A. e Luzia 2 e Luzia 3, conforme esquema abaixo:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis é controladora direta de 33 parques eólicos e uma central geradora fotovoltaica. Em 2014, a Neoenergia Renováveis (antiga Força Eólica do Brasil) foi parcialmente cindida, transferindo parte de seu capital para Força Eólica do Brasil 1 S.A. e para Força Eólica do Brasil 2 S.A. Após a mencionada reorganização societária, a Força Eólica do Brasil 1 S.A. passou a controlar diretamente os parques eólicos Calango 1, Calango 4, Calango 5, Caetité 1 e Caetité 2; enquanto a Força Eólica do Brasil 2 S.A. passou a controlar a Força Eólica Participações S.A., que por sua vez é controladora dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Em 2014, venceu mais dois leilões de energia e assumiu o compromisso de construir 6 novos parques, sendo 3 no Rio Grande do Norte (RN) – Calango 6 (30MW), Santana 1 (30MW) e Santana 2 (24MW), com compromisso de geração de 48,9MW médios pelo leilão A-3 de 2014, e 3 na Paraíba (PB) pelo Leilão A-5 de 2014 – Canoas (31,5MW), Lagoa 1 (31,5MW) e Lagoa 2 (31,5MW), com compromisso de 53,9MW médios. Esses Parques assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica. Em 2017, venceu um leilão de energia e assumiu o compromisso de construir 9 parques que somam 294,5MW de potência, 151,5MW médios de garantia física e 141,7MW médios de energia vendida, cujo início de suprimento previsto no edital é de 01 de janeiro de 2022. Em 2018, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia 6 parques que somam 176,7MW de potência e 85,9MW médios de garantia física, cujo início de suprimento previsto será 01 de janeiro de 2022.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>1.013.268</b>	<b>785.431</b>	-
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(551.637)</b>	<b>(402.310)</b>	-
Custos com energia elétrica	4	(265.999)	(216.395)	-
Custos de operação	5	(285.638)	(185.915)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>461.631</b>	<b>383.121</b>	-
Perda de crédito esperadas	9.1	(18)	(2)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(86.029)	(70.469)	(73.672)
Equivalência Patrimonial	10	-	-	212.811
<b>Lucro operacional</b>		<b>375.584</b>	<b>312.651</b>	<b>157.592</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(81.063)</b>	<b>(183.064)</b>	<b>99.357</b>
Receitas financeiras	6	88.428	65.695	9.106
Despesas financeiras		(268.918)	(245.642)	(1.471)
Outros resultados financeiros, líquidos		(573)	(3.117)	207
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>194.521</b>	<b>129.587</b>	<b>146.981</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7</b>	<b>(47.540)</b>	<b>(32.200)</b>	-
Corrente		(56.353)	(44.887)	-
Diferido		8.813	12.688	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>146.981</b>	<b>97.387</b>	<b>146.981</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>146.981</b>	<b>97.387</b>	<b>146.981</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		<b>146.981</b>	<b>97.387</b>	<b>146.981</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>				
Hedge de fluxo de caixa	343	(5.073)	343	(738)
Participação sobre hedge de fluxo de caixa de investidas	-	(3)	-	(3)
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>343</b>	<b>(5.076)</b>	<b>343</b>	<b>(741)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>				
Hedge de fluxo de caixa	(373)	-	(373)	-
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>	<b>(373)</b>	<b>-</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>		<b>(30)</b>	<b>(5.076)</b>	<b>(30)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>146.951</b>	<b>92.311</b>	<b>146.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Neoenergia"), antiga Força Eólica do Brasil S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de novembro de 2011. A Companhia tem o objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras assim como a prospecção de novos negócios e a atuação no mercado de geração de energia elétrica, incluindo a prestação de serviços nessa área. As controladas da Neoenergia Renováveis (conjuntamente com a Neoenergia Renováveis, o "Grupo") são dedicadas primariamente a atividade de geração de energia elétrica. As informações sobre os empreendimentos do Grupo são as seguintes:

#### Parques eólicos em operação

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de vencimento	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MW med)
Santana 1	Bodó, RN	14/11/2014	14/11/2049	30,0 MW	17,3
Santana 2	Lagoa Nova, RN	14/11/2014	14/11/2049	24,0 MW	15,1
Calango 6	Bodó, RN	20/11/2014	20/11/2049	30,0 MW	18,5
Canoas	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,7
Lagoa 1	Santa Luzia, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	18,7
Lagoa 2	São José do Sabugi, PB	04/08/2015	04/08/2050	31,5 MW	17,5
Chafariz 1	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 2	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	17,4
Chafariz 3	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,2
Chafariz 4	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	31,185 MW	15,2
Chafariz 7	Santa Luzia, PB	21/06/2018	21/06/2053	34,65 MW	18,3
Lagoa 3	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	17,2
Lagoa 4	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	20,79 MW	10,2
Canoas 2	Santa Luzia, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,3
Canoas 4	São José do Sabugi, PB	26/06/2018	26/06/2053	34,65 MW	16,5
Chafariz 4	Santa Luzia e Areia de Baraúnas, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	18,2
Chafariz 5	Santa Luzia, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	16,8
Canoas 3	Santa Luzia e São José do Sabugi, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	17,5
Ventos de Arapuçá 1	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	24,255 MW	11,8
Ventos de Arapuçá 2	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	34,65 MW	17,5
Ventos de Arapuçá 3	Santa Luzia, Areia de Baraúnas e São Mamede, PB	05/02/2019	05/02/2054	13,86 MW	5,9
Oitis 1	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	26,1
Oitis 8	Dom Inocência, PI	29/11/2019	29/11/2054	49,50 MW	25,5
Oitis 2	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 3	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 4	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 5	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 6	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 7	Dom Inocência, PI	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 9	Dom Inocência, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 10	Dom Inocência, PI	24/12/2019	23/12/2054	49,50 MW	-
Oitis 21	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	44,00 MW	-
Oitis 22	Casa Nova, BA	24/12/2019	24/12/2054	49,50 MW	-

Em 2023, 100% do complexo Oitis entrou em operação comercial.

Em 2019, foi aprovada a construção da totalidade do Complexo Eólico de Oitis. O Complexo está localizado nos estados do Piauí e da Bahia com capacidade instalada de 566,5 MW e composto por 12 Parques Eólicos, dos quais dois deles (Oitis 1 e Oitis 8) tiveram 30% de sua energia vendida no Leilão de Geração 003/2019 denominado "A-4" de 2019.

Em 2020, assumiu o compromisso de comercializar no âmbito do mercado livre de energia sua primeira Central Geradora Fotovoltaica localizada no município de Santa Luzia (PB) que somam 149,3 MW de Potência. Com entrada em operação comercial no segundo semestre de 2022.

Em 2021, segundo semestre, houve a antecipação das 15 eólicas do projeto Chafariz.

Em 2022, segundo semestre, já havia antecipação de 100% do projeto fotovoltaico Luzia e 75% do complexo Oitis com conclusão em 2023, somando mais de 17W em potência à carteira das renováveis.

Em 2023, entrada de 100% de Oitis em operação.

A Neoenergia Renováveis S.A. consolida toda a carteira de projetos em desenvolvimento eólico e fotovoltaico do grupo.

### 3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil <sup>(1)</sup>	2023	2022	Variação %
EBITDA	147.710	104.552	41,3
Resultado Financeiro	7.842	(1.970)	(498,07)
Lucro Líquido	146.981	97.387	50,92
Margem Operacional (%)	N/A	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	N/A	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	N/A	N/A	N/A

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil <sup>(2)</sup>	dez/23	dez/22	Variação%
Ativo Total	4.198.756	3.859.290	8,80
Patrimônio Líquido	4.113.387	3.774.936	8,97

<sup>(2)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/23	dez/22	Variação%
EBITDA/Resultado Financeiro <sup>(3)</sup>	(18,84)	53,07	(135,5)

<sup>(3)</sup> EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil <sup>(1)</sup>	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	146.981	97.387	49.594	50,92
Receitas financeiras (B)	9.106	1.038	8.068	777,26
Despesas financeiras (C)	(1.471)	(848)	(623)	73,47
Outros Resultados financeiros, líquidos (D)	207	(2.160)	2.367	(109,58)
Depreciação (F)	(8.571)	(5.195)	(3.376)	64,99
<b>EBITDA = (A)+(B)+(C)+(D)+(E)+(F)</b>	<b>147.710</b>	<b>104.552</b>	<b>43.158</b>	<b>41,28</b>

<sup>(1)</sup> Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

### 4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

### 5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021 e prazo de 60 (sessenta) meses. Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 14.222,00 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Renováveis S.A. ("Neoenergia Renováveis"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Renováveis e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Renováveis.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Renováveis sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>146.981</b>	<b>97.387</b>	<b>146.981</b>	<b>97.387</b>
<b>Ajustado por:</b>				
Depreciação e amortização	221.454	136.878	8.571	5.195
Baixa de ativos não circulantes	-	5.776	-	-
Equivalência patrimonial	47.540	32.199	(212.811)	(157.592)
Tributos sobre o lucro	181.063	183.064	(7.842)	1.970
<b>Resultado financeiro, líquido</b>				
<b>Alterações no capital de giro:</b>				
Contas a receber de clientes e outros	(10.670)	(7.465)	-	-
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	72.376	(852.531)	94	(6.601)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	684	682	(1.409)	423
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(15.869)	(18.151)	(776)	(76)
Provisões, liquidas dos depósitos judiciais	2.613	25.610	(73)	32
Outros ativos e passivos, líquidos	(34.292)	35.011	(64.191)	125.917
<b>Caixa líquidos proveniente das operações</b>	<b>611.880</b>	<b>(428.538)</b>	<b>(131.456)</b>	<b>60.917</b>
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	-	76.368	14.659
Encargos de dívidas pagas	(105.850)	(55.014)	-	-
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	(849)	(27.643)	(849)	(27.637)
Rendimento de aplicações financeiras	89.126	66.050	4.940	1.087
Pagamento de juros – Arrendamentos	(2.148)	(926)	(1.198)	(509)
Tributos sobre o lucro pagos	(41.781)	(29.691)	-	-
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>550.378</b>	<b>(475.762)</b>	<b>(52.195)</b>	<b>53.517</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(539.288)	(1.587.677)	(29.284)	(35.999)
Aumento de capital	-	-	(179.054)	(



**Parques solares fotovoltaicos em operação**

Empresa	Localidade, estado	Data de autorização	Data de Vencimento	Capacidade Instalada (MW)
Luzia 2	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2025	58,932 MW
Luzia 3	Santa Luzia, PB	26/05/2020	25/05/2025	59,932 MW

Em Março de 2023, entraram em operação comercial as últimas UGs da UFV Luzia 2 e foi inaugurado o Complexo Renovável Neoenergia, resultante da associação do Complexo FV Luzia com o Complexo EOL Chafariz, aprovado pela ANEEL de acordo com o despacho nº 2.352/2022.

**1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de Riscos Financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de risco de mercado envolvendo outros instrumentos e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixações e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações de taxa de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de hedge cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. (ii) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactam principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (iii) Risco de Inflação: A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **(b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 13). **(c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **(d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "não performance" de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade, da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (rating). E realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNB	AA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	-
Caixa	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-

**1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: (a) Risco regulatório:** Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudanças no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude. **(b) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2023 a 31/05/2024	6.509,110
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	1260,000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2023 a 31/05/2024	1.540,000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	6.489,861
Veículos - Operacional	31/05/2023 a 31/05/2024	6.000
Equipamento	30/06/2023 a 30/06/2024	Valor equipamento

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia S.A. e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em joint ventures e coligadas estão incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa ou controle conjunto começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 8 de Março de 2024. **2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5(a). **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatos considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
11.1	Tributos sobre o lucro
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.3	Imobilizado
14.2	Provisões

**2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia. **Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Consolidado 2023	2022
Fornecimento de energia	1.016.806	787.605
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	42.262	34.130
Outras receitas	772	20
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.059.840</b>	<b>821.755</b>
Pis e Cofins	(42.032)	(33.946)
Encargos setoriais (*)	(4.540)	(2.378)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.013.268</b>	<b>785.431</b>

(\*) Refere-se aos encargos de fiscalização de serviço de energia elétrica (FSSEE). **Política contábil e julgamento críticos:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda de rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Consolidado 2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(164.727)	(128.080)
Energia curto prazo - PLD	(10.507)	(23.128)
Outros	(483)	(208)
<b>Subtotal</b>	<b>(176.717)</b>	<b>(151.416)</b>
Créditos PIS e COFINS	118	46
<b>Total</b>	<b>(176.599)</b>	<b>(151.370)</b>

	Consolidado 2023	2022
<b>Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão</b>		
Encargos de rede básica	(80.601)	(56.365)
Encargos de conexão	(2.055)	(1.921)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(7.194)	(7.248)
<b>Subtotal</b>	<b>(89.850)</b>	<b>(65.534)</b>
Créditos de PIS e COFINS	450	509
<b>Total</b>	<b>(89.400)</b>	<b>(65.025)</b>
<b>Total dos custos com energia elétrica</b>	<b>(265.999)</b>	<b>(216.395)</b>
PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.		

**5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Consolidado	
	2023	2022
Outras receitas/ Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação		
<b>Total</b>		

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(8.806)	(41.358)
Empregados	(8.806)	(41.358)
Serviços de terceiros	(40.548)	(31.314)
Depreciação e amortização	(212.883)	(8.571)
Impostos, taxas e contribuições	(231)	(408)
Outras receitas e despesas, líquidas (*)	(23.170)	(4.378)
<b>Total</b>	<b>(285.638)</b>	<b>(86.027)</b>

	2023	2022
Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas		
Custos de operação		
<b>Total</b>		

Pessoal e benefícios a empregados (30.448) (26.717)  
 Serviços de terceiros (29.142) (24.069)  
 Depreciação e amortização (8.571) (5.195)  
 Impostos, taxas e contribuições (140) (198)  
 Outras receitas e despesas, líquidas (\*) (5.371) (2.056)  
**Total (73.672) (58.235)**  
 (\*) Refere-se à seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	Consolidado 2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	89.126	66.050
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.010)	(576)
Atualização de depósitos judiciais	292	196
Outras receitas financeiras	20	25
<b>Total</b>	<b>88.428</b>	<b>65.695</b>

	Consolidado 2023	2022
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(1)</sup>	(243.405)	(207.999)
Atualização de provisões para processos judiciais	(5.935)	(4.316)
Outras despesas financeiras <sup>(2)</sup>	(19.578)	(33.327)
<b>Total</b>	<b>(268.918)</b>	<b>(245.642)</b>

	Consolidado 2023	2022
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(2.598)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	(6)
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1.363)	(1.444)
Outras variações cambiais e monetárias	790	931
<b>Total</b>	<b>(573)</b>	<b>(3.117)</b>

**Resultado financeiro líquido** (181.063) (183.064) 7.842 (1.970)  
 (1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e a amortização de custos de captação.  
 (2) Inclui juros sobre passivo de arrendamento, comissão de anuência BNDES, entre outros.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS**

	Consolidado 2023	2022
<b>7.1 Tributos sobre o lucro:</b> Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. <b>7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:</b> A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:		

	Consolidado 2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	194.521	129.587
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(66.137)</b>	<b>(44.060)</b>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Resultado de participações societárias	-	1.451
Diferença de presunção de base do lucro presumido	40.707	28.307
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(20.038)	(18.872)
Outras adições (reversões) permanentes	(2.072)	974
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(47.540)</b>	<b>(32.199)</b>
Ativo efetivo	248	288
Corrente	(56.353)	(44.887)
Diferido	8.813	12.688
<b>7.1.2 Tributos diferidos ativos:</b> Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.		

	Consolidado 2023	2022
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>		
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	348	319
Provisões ambientais e para desmantelamento	11.479	12.583
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	2	2
Arrendamentos capitalizados	95	44
PLR	49	19
<b>Total</b>	<b>69.279</b>	<b>60.465</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado 2023	2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60.466</b>	
Efeitos reconhecidos no resultado	8.813	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>69.279</b>	

	Consolidado 2023	2022
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>47.778</b>	
Efeitos reconhecidos no resultado	12.688	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60.466</b>	

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Consolidado 2024	2023	Entre 2023 e 2032	Entre 2033 e 2037	Entre 2038 em diante
Ativo fiscal diferido	1.686	2.209	2.433	4.441	18.252
<b>Efeito líquido</b>	<b>1.686</b>	<b>2.209</b>	<b>2.433</b>	<b>4.441</b>	<b>18.252</b>

**7.1.3**



**II. IMOBILIZADO**

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado				
	Parques eólicos	Construções	Outros	Ativos em construção	Total
	2,86%	3,03%	3,7%		
Taxa de depreciação a.a.	16,67%	4,00%	25,00%		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.419.446	960.630	9.259	894.254	6.283.589
Adições <sup>(1)</sup>	46.226	-	530.635	576.861	
Capitalização de gastos	-	-	27.240	27.240	
Depreciação	(197.394)	(4.243)	(3.590)	(215.227)	
Transferências entre classes	1.425.946	(227.019)	5.093	(1.204.020)	
Transferências - outros ativos <sup>(1)</sup>	(5)	-	-	(3.502)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.694.224	719.368	10.762	244.607	6.668.961
Custo	6.171.720	794.139	28.298	244.607	7.238.764
Depreciação acumulada	(477.496)	(74.771)	(17.536)	-	(569.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.220.974	585.304	8.296	2.000.013	4.814.587
Adições	(8.206)	-	-	1.618.168	1.610.000
Baixas	(5)	-	-	(5.603)	(5.608)
Depreciação	(106.306)	(24.860)	(2.195)	-	(133.361)
Transferências entre classes	2.312.989	400.186	3.158	(2.716.333)	(411.500)
Transferências - outros ativos	-	-	-	(1.991)	(1.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.419.446	960.630	9.259	894.254	6.283.589
Custo	4.699.550	1.021.159	23.204	894.254	6.638.167
Depreciação acumulada	(280.104)	(60.529)	(13.945)	-	(354.578)

<sup>(1)</sup> As adições em 2023, são compostas pela provisão de desmantelamento (46.226) e aquisições de ativos 530.635. <sup>(2)</sup> As transferências de outros ativos em 2023 são compostas principalmente pelo valor de 2.131 referente ao software transferido para intangível na Neoenergia Renováveis.

	Controladora			
	Construções	Outros	Ativos em construção	Total
Taxa de depreciação a.a.	3,33%	3,57%	25%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	740	6.723	213.889	221.352
Adições	-	-	7.409	7.409
Capitalização de gastos	-	-	18.768	18.768
Depreciação	(28)	(3.134)	-	(3.162)
Transferências entre classes	-	4.173	(4.173)	-
Transferências - outros ativos <sup>(1)</sup>	-	-	(2.131)	(2.131)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	712	7.762	233.762	242.236
Custo	830	24.517	233.762	259.109
Depreciação acumulada	(118)	(16.755)	-	(16.873)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	768	7.936	431.655	440.359
Adições	-	-	18.477	18.477
Capitalização de gastos	-	-	19.072	19.072
Compartilhamento de custo de construção	-	-	(252.426)	(252.426)
Depreciação	(28)	(2.111)	-	(2.139)
Transferências entre classes	-	898	(898)	-
Transferências - outros ativos	-	-	(991)	(991)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	740	6.723	213.889	221.352
Custo	830	20.344	213.889	235.063
Depreciação acumulada	(90)	(13.621)	-	(13.711)

<sup>(1)</sup> As transferências de outros ativos em 2023 são compostas principalmente pelo valor de 2.131 referente ao software transferido para intangível na E2S.

**11. Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - impairment. A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estabelecidas pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil de ativos e das torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas reais dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (impairment) destes ativos, quando aplicáveis.

**12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR**

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia elétrica	27.873	20.360	-	-
Encargos de uso da rede	26.939	7.589	-	-
Materiais e serviços	201.850	156.982	31.313	31.219
<b>Total</b>	<b>266.662</b>	<b>184.931</b>	<b>31.313</b>	<b>31.219</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

**13.1 Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade de seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	3.043.592	2.840.289	-	-
Mercado de capitais (debêntures)	99.375	112.604	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos<sup>(1)</sup></b>	<b>3.142.967</b>	<b>2.952.893</b>	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(850.152)	(619.886)	(64.376)	(141.520)
(-) Títulos e valores mobiliários	(38.721)	(33.678)	-	-
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.254.094</b>	<b>2.299.329</b>	<b>(64.376)</b>	<b>(141.520)</b>

<sup>(1)</sup> No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

**13.2 Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente é o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros**

	Consolidado	
	2023	2022
Denominados em R\$	3.232.028	2.996.747
Indexados a taxas flutuantes	3.232.028	2.996.747
(-) Depósitos em garantia	(64.944)	(18.676)
(-) Custos de transação	(24.117)	(25.178)
<b>Total</b>	<b>3.142.967</b>	<b>2.952.893</b>

Passivo circulante 168.879 149.035  
Passivo não circulante 2.974.088 2.803.858

**b) Fluxo de pagamento futuros de dívida:** Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Consolidado		
	Principal <sup>(1)</sup>	Juros <sup>(1)</sup>	Total
2024	166.032	161.289	327.321
2025	174.757	153.900	328.657
2026	187.266	142.087	329.353
2027	190.153	135.881	326.034
2028	184.845	135.324	311.899
Entre 2029 e 2033	1.027.345	502.578	1.529.923
Entre 2034 e 2038	899.502	304.874	1.204.376
2039 em diante	1.088.830	122.112	1.210.942
<b>Total</b>	<b>3.918.750</b>	<b>1.647.045</b>	<b>5.565.795</b>

<sup>(1)</sup> O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Prê e Pós) em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**c) Reconhecimento da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações:**

	Consolidado e Controladora	
	2023	2022
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>2.952.893</b>	<b>1.779.396</b>
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	195.205	1.053.953
Amortizações de principal	(105.651)	(47.786)
Custo de captação	(1.338)	(13.043)
Pagamento de encargos de dívida	(105.850)	(55.014)
Aplicação (resgate) dos depósitos em garantia	(46.269)	(1.422)
<b>Efeito não caixa:</b>	<b>253.977</b>	<b>236.809</b>
Encargos incorridos	3.142.967	2.952.893
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>3.142.967</b>	<b>2.952.893</b>

**d) Condições restritivas financeiras (Covenants):** Em 31 de dezembro de 2023, as Controladas da Neoenergia Renováveis possuem 100% dos seus contratos de dívidas com Covenants. Seus principais covenants obrigam a manter certos índices, como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Líquida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o Resultado financeiro. As Controladas não identificaram nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral.

	Limites contratual em 31.12.2023			Medição <sup>(2)</sup> em 31.12.2022		
	inferior <sup>(1)</sup>	Medição <sup>(2)</sup>	Medição <sup>(2)</sup>	inferior <sup>(1)</sup>	Medição <sup>(2)</sup>	Medição <sup>(2)</sup>
Controladas						
ICSD Lagoa 1	≥ 1,2	1,38	0,91	-	-	-
ICSD Calango 6	≥ 1,2	1,49	1,66	-	-	-
<b>Consolidado Neoenergia Neoele (Neoenergia):</b>						
Dívida líquida - EBITDA	≤ 4,0	3,15	3,15	-	-	-
EBITDA - Resultado financeiro	≥ 1,5	3,05	3,05	-	-	-

<sup>(1)</sup> Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas das Controladas. <sup>(2)</sup> Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras das Controladas e da Neoenergia. A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados a mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

**14. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Provisões para processos judiciais (nota 14.1.a)	1.358	1.296	181	187
Provisão para obrigações ambientais (nota 14.2)	20.488	14.467	-	-
Provisão para obrigações para desmantelamento de ativos (nota 14.3)	100.121	49.220	-	-
Provisões ressarcimentos (nota 14.4)	81.715	73.245	181	187
<b>Total</b>	<b>203.679</b>	<b>138.928</b>	<b>181</b>	<b>187</b>
Passivo circulante	58.475	62.096	-	-
Passivo não circulante	145.204	76.832	181	187

**14.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	Provisões cíveis	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370	926	1.296
Adições e reversões, líquido	(51)	-	(51)
Atualização monetárias	23	90	113
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342	1.016	1.358
Saldos em 31 de dezembro de 2021	167	845	1.012
Adições e reversões, líquido	157	-	157
Atualização monetárias	48	81	129
Saldos em 31 de dezembro de 2022	370	926	1.296

**b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis (i)	4.440	3.880
Processos trabalhistas (ii)	173	487
Processos fiscais (iii)	57.263	58.219
<b>Total</b>	<b>61.877</b>	<b>62.586</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos cíveis:** Referem-se à resolução contratual de arrendamento com perdas e danos, cobrança e reintegração de posse e tutela antecipada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias. (iii) **Processos fiscais:** Referem-se principalmente a autos de infração fiscal sobre suposto não recolhimento e/ou recolhimento a menor da Taxa de Licença (Alvará de Funcionamento) e não recolhimento de ISS sobre contratos de fornecimento de matérias e serviços para a construção dos parques eólicos. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2023	2022
Processos cíveis	305	252
Processos fiscais	3.611	2.315
<b>Total</b>	<b>3.916</b>	<b>2.567</b>

**14.2 Provisões ambientais:** As provisões ambientais são reconhecidas mediante as condicionantes estabelecidas nas licenças e autorizações ambientais, parte do processo de licenciamento ambiental brasileiro. Destaca-se que o licenciamento ambiental é um instrumento regulamentado através da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6.938/1981) e demais leis e normas relacionadas. O atendimento das condições estabelecidas no processo de licenciamento ambiental e nas condicionantes das licenças e autorizações ambientais, juntamente da legislação ambiental, possibilita a operação comercial dos empreendimentos elétricos do ponto de vista socioambiental. **14.3 Desmantelamento:** Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 6, Lagoa 1, Santana 1, Santana 2, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Charfariz 1, Charfariz 2, Charfariz 3, Charfariz 4, Charfariz 5, Charfariz 6, Charfariz 7, Ventos de Arapuaá 1, Ventos de Arapuaá 2, Ventos de Arapuaá 3, Oitis 1, Oitis 2, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7, Oitis 8, Oitis 9, Oitis 10, Oitis 11, Oitis 12, Luzia 2 e Luzia 3, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 10,64 % e uma inflação projetada equivalente a 3,50 %. **14.4 Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCERs) da Companhia. **14.5 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**15. OUTROS PASSIVOS**

A composição de outros passivos é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caução em garantia (i)	7.255	27.962	2.915	3.021
Contas a pagar de operações de mútuos financeiros	28.913	27.884	26.890	25.861
Compartilhamento de pessoal	1.370	-	250	-
Outros	2.300	3.744	2.432	1.773
<b>Total</b>	<b>39.838</b>	<b>59.590</b>	<b>32.487</b>	<b>30.655</b>

(i) Ganhos com instrumentos de hedge celebrados pela controladora Neoenergia Renováveis SA para mitigação de riscos e que foram considerados efetivos. Esse montante foi repassado para os parques do Complexo Oitis e foram transferidos diretamente para o custo do ativo imobilizado na medida em que o valor do objeto de hedge foi realizado e igualmente transferido para o ativo imobilizado.

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**18.8 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde- xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	931.164	100.289	(15.042)	(30.088)
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(2.766.000)	(209.860)	(17.662)	(35.327)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	6,53%	(466.028)	(40.394)	(4.565)	(9.129)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Xabier Viteri - Presidente

## TITULARES

Solange Maria Pinto Ribeiro	Giancarlo Vassão de Souza
Laura Cristina da Fonseca Porto	Juliano Pansanato de Souza

## DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto  
Diretora Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher	Rodolfo Fernandes da Rocha	Mariane Carvalho Medeiros
------------------------------	----------------------------	---------------------------

## CONTADORA

**Rachel Alves Pascale**  
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

**Luciana Maximino Maia**  
Diretora de Contabilidade

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Neoenergia Renováveis S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.227.426/0001-61 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes A Deloitte Touche Tohmatsu, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

**Xabier Viteri** - Presidente do Conselho  
**Solange Maria Pinto Ribeiro** - Conselheiro  
**Giancarlo Vassão de Souza** - Conselheiro  
**Laura Cristina da Fonseca Porto** - Conselheiro  
**Juliano Pansanato de Souza** - Conselheiro

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia **Neoenergia Renováveis S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.227.426/0001-61, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis alusivas ao exercício social findo em 31.12.2023; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Neoenergia Renováveis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

**Laura Cristina da Fonseca Porto** - **Diretora Presidente**  
**Leandro Adzgauskas Montanher**  
**Rodolfo Fernandes da Rocha**  
**Mariane Carvalho Medeiros**  
**Diretores**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas da Neoenergia Renováveis S.A. (**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 8 de março de 2024

## Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "R" RJ

Gabriela Rocha Werberich  
Contadora  
CRC n° 1 RS 079489/O-4

